

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Índice

1. Identificação do Procedimento	3
2. Objeto do Procedimento	3
3. Entidade adjudicante.....	3
4. Órgão que tomou a decisão de contratar	3
5. Fundamentação da escolha do procedimento	3
6. Acesso às peças do procedimento	4
7. Esclarecimentos e listas de erros e omissões.....	5
8. Preço anormalmente baixo de uma proposta.....	6
9. Documentos que constituem a proposta	6
10. Idioma dos documentos que constituem a proposta.....	7
11. Propostas variantes.....	8
12. Prazo e modo de apresentação das propostas e dos documentos que a instruem	8
13. Exclusão das propostas	9
14. Prazo de manutenção das propostas.....	10
15. Critério de adjudicação	11
16. Consultores e estudos de apoio à decisão	12
17. Modalidade jurídica de associação de empresas	12
18. Negociações.....	13
19. Leilão eletrónico	13
20. Caução	13
21. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário.....	13
22. Modo de apresentação dos documentos de habilitação	16
23. Idioma dos documentos de habilitação.....	17
24. Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto	17
25. Prazos para apresentação dos documentos de habilitação	18

26.	Prazo para confirmar compromissos assumidos por entidades terceiras	18
27.	Despesas e encargos para celebração do contrato	18
28.	Possibilidade de adoção de ajuste direto	19
29.	Consulta Preliminar	19
30.	Legislação aplicável	19
ANEXO I -M – (Modelo de) Declaração		20
ANEXO II - M – (Modelo de) Declaração		22

1. Identificação do Procedimento

1. Concurso Público n.º 4/2025-PPC

2. Objeto do Procedimento

1. O presente procedimento tem por objeto aquisição de: “Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimentos públicos no Concelho da Calheta- Madeira, através de cartões eletrónicos de abastecimento”.
2. A prestação de serviços deverá obedecer às especificações e condições técnicas legalmente estabelecidas no Caderno de Encargos.

3. Entidade adjudicante

1. A entidade adjudicante é o Município da Calheta, com sede na Av. D. Manuel I, n.º 46, 9370-135 Calheta, sendo o presente procedimento promovido pela Secção de Concursos e Gestão de Compras, telefone: 291 820 200, com o endereço de correio eletrónico: concursos@cmcalheta.pt.

4. Órgão que tomou a decisão de contratar

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), o procedimento inicia-se com a decisão de contratar, a qual cabe ao dirigente máximo do organismo, sendo este o órgão competente para esse efeito.
2. A decisão de contratar foi tomada pelo Senhor Presidente da Câmara.

5. Fundamentação da escolha do procedimento

1. Critério do valor definido na alínea b), n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

6. Acesso às peças do procedimento

1. As peças que constituem o presente concurso serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica utilizada pelo Município da Calheta, denominada acinGov, à qual poderão aceder através do seguinte endereço: <https://www.acingov.pt>.
 - 1.1 O acesso à referida plataforma eletrónica, que permite ao interessado efetuar a consulta e descarregar as peças referidas no número anterior, só é possível mediante a credenciação do mesmo junto da empresa acinGov, que gere o domínio <http://www.acingov.pt>. A credenciação deverá ser efetuada através do sítio <http://www.acingov.pt> o qual indicará, os elementos necessários à identificação da empresa interessada.
 - 1.2 A credenciação explicitada no número anterior permitirá ao interessado registado possuir um certificado de autenticação para o acesso à plataforma eletrónica.
 - 1.3 A participação no concurso depende de prévia inscrição no procedimento, a ser efetuada no portal identificado no n.º 1 da presente cláusula.
2. Todos os documentos que instruem as Peças de Procedimento estão disponíveis em suporte papel, para efeitos de consulta, todos os dias úteis, a partir da data da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, na Secção de Concursos e Gestão de Compras (das 9:30 às 16:00 horas), sita no Edifício dos Paços do Concelho na Avenida D. Manuel I, nº 46 – 9370 – 135 – Calheta.
3. Quando por qualquer motivo o programa de concurso ou o caderno de encargos não tiverem sido disponibilizados, nos termos do disposto no ponto 2, desde o dia da publicação do anúncio referido no n.º 1 do artigo 130.º, do CCP, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, oficiosamente ou a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.

4. A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão, nos mesmos termos, que foi publicitado o anúncio de procedimento.
5. É também exigido ao interessado a aquisição de um certificado qualificado (ex. Cartão de Cidadão, DigitalSign, entre outros) de modo a poder assinar digitalmente todos os documentos constitutivos das propostas.
6. Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante, o júri do concurso e os interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas, através da plataforma nos termos do Artigo 61º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.

7. Esclarecimentos e listas de erros e omissões
--

1. Os interessados podem, até ao fim do primeiro terço do prazo fixado para a entrega da proposta, solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar lista de erros e omissões, nos termos do n.º 2 do artigo 50º do CCP.
2. O pedido de esclarecimento / reporte de erros e omissões, deve ser solicitado por escrito através da plataforma acinGov.
3. Os esclarecimentos e a pronúncia sobre erros e/ou omissões serão disponibilizados via correio plataforma, até ao fim do segundo terço do prazo para a apresentação da proposta.
4. A falta de cumprimento, por qualquer motivo, do prazo referido no número 3, implica a prorrogação do prazo para a apresentação da proposta de acordo com as regras de prorrogação previstas no artigo 64.º do CCP.
5. A decisão de prorrogação nos termos do disposto no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser notificada a todos os interessados.

6. Os esclarecimentos / retificação de erros e omissões farão parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecerão sobre estas em caso de divergência.
7. É ao júri que compete, por delegação do órgão competente para a decisão de contratar, prestar esclarecimentos.
8. Compete ao júri, por delegação do órgão competente para a decisão de contratar, decidir, de acordo com o disposto no artigo 64.º, n.º 1 do CCP, sobre a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas sempre que os esclarecimentos sejam prestados para além do prazo fixado no artigo 50.º também do CCP.

8. Preço anormalmente baixo de uma proposta

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do CCP não são definidas as situações em que o preço de uma proposta é considerado anormalmente baixo.
2. O preço de uma proposta pode ser considerado anormalmente baixo, por decisão devidamente fundamentada do órgão competente para a decisão de contratar, designadamente por se revelar insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato.
3. No caso previsto no número anterior, o júri solicita previamente ao respetivo concorrente que preste esclarecimentos, por escrito e em prazo adequado, relativos aos elementos constitutivos relevantes da sua proposta.

9. Documentos que constituem a proposta

1. Os concorrentes deverão fazer acompanhar as suas propostas dos seguintes documentos:
 - a) DUECP – Documento Europeu Único de Contratação Pública, Pública a que se refere o n.º 6 do artº 57º do CCP;

- b) Declaração a que se refere a alínea a), n.º 1 do art.º 57º do Código dos Contratos Públicos a apresentar pelos concorrentes elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao Código dos Contratos Públicos, adaptada de acordo com o anexo I-M do DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na atual redação do DLR n.º 6/2018/M, de 15 de março (Ver ANEXO I -M – (Modelo de Declaração).
- c) Proposta comercial explicitando o seguinte:
- Desconto Unitário com quatro casas decimais (por exemplo: desconto unitário sobre o P.V.P. de 0,1001 €);
 - Número de Postos de abastecimento existentes no Município e na RAM, onde seja possível a utilização de cartões eletrónicos.
2. Não integram a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, exceto os que sejam indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP.
3. A declaração referida na al. a) do nº 1, deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
4. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na al. a) do nº 1 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

10. Idioma dos documentos que constituem a proposta

1. A proposta e os documentos que a constituem são obrigatória e exclusivamente redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

11. Propostas variantes

1. Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

12. Prazo e modo de apresentação das propostas e dos documentos que a instruem

1. As propostas devem ser apresentadas na plataforma acinGov, até às 23h59 do **30.º** dia a contar da data do envio desse anúncio ao serviço das publicações do Diário da República, nos termos do n.º 1 do artigo 135.º do CCP.
2. Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na Plataforma Eletrónica utilizada pelo Município da Calheta, <http://www.acingov.pt>, através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, de acordo com o previsto no artigo 62.º do CCP e da Lei 96 /2015 de 17 de agosto.
3. Todos os documentos terão de ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada conforme disposto no artigo 54º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, e demais legislação aplicável.
4. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
5. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as que tenham sido assinadas e recebidas até à hora e data indicada no número anterior.
6. Cada ficheiro deverá conter apenas um documento devidamente titulado.
7. Os ficheiros que contêm os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados em ficheiro de extensão PDF.

8. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, devem os concorrentes interessados submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante. Por exemplo, caso o documento seja assinado com assinatura digital qualificada do cartão de cidadão, deve o concorrente submeter à plataforma eletrónica a certidão permanente ou outro documento que considere suficiente para o efeito.
9. Nos casos em que a sociedade se obrigue com a assinatura conjunta de vários administradores ou gerentes, os documentos da proposta devem ser assinados por todos eles. No caso de a proposta ser assinada apenas por um administrador ou gerente, o concorrente deve juntar procuração, mandato ou documento que lhe confira poderes suficientes.

13. Exclusão das propostas

1. São excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a) Que não apresentam algum dos atributos, nos termos do disposto na Cláusula 9ª;
 - b) Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetido à concorrência, previstos na Cláusula 6ª, sem prejuízo do disposto no nºs 4 a 6 e 8 a 11 do artigo 49.º do Código dos Contratos Públicos;
 - c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
 - d) Um valor de desconto anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido considerados nos termos do artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos;
 - e) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações

- legais ou regulamentares aplicáveis;
- f) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear a concorrência;
 - g) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
 - h) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais a entidade adjudicante tenha conhecimento que não se verifica alguma das situações mencionadas na Declaração do Anexo I.
 - i) Que não sejam constituídos por todos os documentos exigidos nos termos do disposto na Cláusula 6ª.
 - j) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º CCP;
 - k) Que os documentos que constituem a proposta não estejam redigidos em língua portuguesa;
 - l) Que sejam apresentados como variantes;
 - m) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto da Cláusula 8ª.
 - n) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
 - o) Que violem o disposto no n.º 7 do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos;
 - p) Que não possuam posto de abastecimento de combustíveis, devidamente licenciado, situado no concelho da Calheta, Madeira, que se encontre em funcionamento à data da apresentação das propostas.

14. Prazo de manutenção das propostas

1. Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas por um período de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação, considerando-se aquele prazo prorrogado, por igual período de tempo, se antes do seu termo os concorrentes nada disserem em contrário.

15. Critério de adjudicação

1. A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta de mais baixo preço:
O fator preço será avaliado em função do desconto unitário por litro de gasóleo, que deverá ser sempre igual, independentemente da Portaria que fixa o preço semanal dos combustíveis para a RAM.

Para efeitos de escolha da proposta de **mais baixo preço**, será considerada a proposta que apresente **maior desconto por litro** relativamente ao preço em vigor fixado pela Direção Regional do Comércio, Indústria e Energia da RAM.

SUGESTÃO: No preenchimento do formulário da plataforma eletrónica aquando da criação da proposta, nos campos valor da proposta e prazo os concorrentes deverão colocar o valor 600.000,00 euros e o prazo de 1096 dias. Quanto ao valor, apenas destina-se a facilitar a submissão da proposta e não será objeto de qualquer análise, uma vez que o que será analisado é o preço do desconto por litro.

2. Critério(s) de desempate:

2.1 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão as mesmas classificadas por meio de sorteio aleatório presencial, com a presença de todos os representantes de todos os concorrentes empatados, que serão notificados para o ato público, a realizar nas seguintes condições:

- i. A sessão para a realização do sorteio será agendada e notificada aos concorrentes com, pelo menos, 5 (cinco) dias úteis de antecedência, com a indicação da data, da hora e do local da sua realização, através da plataforma acinGov.
- ii. O sorteio será efetuado pelos membros do júri.

- iii. Em caso de não comparência de representante legal de concorrente em situação de empate, o sorteio realizar-se-á na sua ausência após 30 (trinta) minutos da hora previamente agendada.
- iv. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes.
- v. Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração.
- vi. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada.
- vii. O júri elaborará uma ata que documentará os trabalhos efetuados na referida sessão e os resultados do sorteio, ata essa que será apensa ao processo de contratação e divulgada por todos os concorrentes.

16. Consultores e estudos de apoio à decisão

- 1. O júri poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para o apoio e elaboração de relatórios técnicos, na análise das propostas.
- 2. As deliberações do Júri poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores externos, casos em que tais documentos instruirão os respetivos relatórios que para eles remeterão.

17. Modalidade jurídica de associação de empresas

- 1. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa das seguintes modalidades jurídicas: Consórcio Externo, Agrupamento Complementar de Empresas (ACE) ou Sociedade Anónima.

18. Negociações

1. A(s) proposta(s) apresentada(s) não será(ão) objeto de negociação.

19. Leilão eletrónico

1. Não aplicável.

20. Caução

1. Há lugar à prestação de caução nos termos do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos conjugado com o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 6/2018/M (7ª alteração ao DLR 34/2008/M), na atual redação, o valor da caução é de 2% do preço contratual, no montante de 12.00,00 €.

21. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário

1. O Adjudicatário deve entregar, a té às 23h59 do 5º dia, a contar da data de notificação da decisão de adjudicação:
 - a) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos a apresentar pelo adjudicatário elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo II ao Código dos Contratos Públicos, adaptada de acordo com o Anexo II-M do DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na atual redação do DLR n.º 6/2018/M, de 15 de março (Ver ANEXO II -M – (Modelo de) Declaração);
 - b) Declaração Mensal de Rendimentos (DMR) ou declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem os obriga, de que não preenchem as condições legais relativas ao cumprimento destas obrigações declarativas;
 - c) Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido num dos quatro anos anteriores atividade na Região Autónoma da Madeira, bem

- como enquanto se mantiver em vigor o respetivo contrato) ou declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem os obriga, de que não preenchem as condições legais relativas ao cumprimento destas obrigações declarativas;
- d) Declaração de rendimentos e retenções residentes (modelo 10) ou declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem os obriga, de que não preenchem as condições legais relativas ao cumprimento destas obrigações declarativas;
 - e) Anexo R do IVA ou declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem os obriga, de que não preenchem as condições legais relativas ao cumprimento destas obrigações declarativas;
 - f) Anexo Q da informação empresarial simplificada (IES) ou declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem os obriga, de que não preenchem as condições legais relativas ao cumprimento destas obrigações declarativas;
 - g) Declaração do Instituto de Segurança Social comprovativa de que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social;
 - h) Declaração da Autoridade Tributária e Aduaneira comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - i) Cópia da Certidão Permanente ou indicação do Código de Acesso à Certidão Permanente;
 - j) Certificado do Registo Criminal do titular (no caso de pessoa singular) ou Registo(s) Criminal(ais) do(s) gerente(s) ou administrador(es) ou diretor(es) (no caso de pessoas coletivas);
 - k) Certificado do Registo Criminal da empresa no caso de pessoas coletivas;
 - l) A documentação referida as alíneas b), c), d) e e) devem ainda ser apresentada por eventuais subcontratados identificados na proposta do adjudicatário. No decurso da execução do contrato a autorização do contraente público á subcontratação fica condicionada á apresentação

daquela documentação relativa ao potencial subcontratado por parte do co-contratante;

- m) Para além das causas de caducidade da adjudicação previstas no número 1 do artigo 86º do código dos contratos públicos, na Região Autónoma da Madeira, constitui igualmente causa de caducidade da adjudicação o incorreto ou inadequado preenchimento dos documentos relativos às obrigações fiscais declarativas a apresentar pelo adjudicatário e ou subcontratados nos termos dos números 2 e 3 do artigo 7 do DLR nº 34/2008/M de 14 de agosto, na atual redação;
 - n) O adjudicatário que não esteja legalmente obrigado ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira deve apresentar declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem o obriga, referindo expressamente essa situação;
 - o) Quando o adjudicatário tenha declarado nos termos da alínea anterior que não preenche os pressupostos de incidência, previstos nos artigos 16, 17 e 21 da Lei Orgânica nº1/2007 de 19 de fevereiro, não está obrigado a apresentar os documentos referidos nas alíneas a), b) e c) do nº 2 do artigo 7 do DLR nº34/2008/M de 14 agosto, na atual redação.
 - p) Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE).
2. A apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, ainda que não constem do presente documento, e quando aplicável, poderá ser solicitada ao Adjudicatário, sendo fixado um prazo para o efeito.
3. Para efeitos de comprovação das habilitações referidas nos números anteriores, o adjudicatário pode socorrer-se das habilitações de subcontratados, mediante a apresentação de declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.

22. Modo de apresentação dos documentos de habilitação

1. O Adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos nos números anteriores através de da plataforma eletrónica utilizada por esta entidade adjudicante.
2. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
3. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos na cláusula anterior, é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1 ou da indicação prevista no número anterior, sendo que o documento comprovativo do consentimento constitui um documento de habilitação a apresentar no âmbito do n.º 1 da cláusula anterior.
4. No prazo de dois (2) dias deverá o Adjudicatário proceder à supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.
5. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao Adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundamentada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.
6. Todos os documentos que devam ser emitidos pelo concorrente serão assinados pelo mesmo, indicando, se se tratar de pessoa coletiva, a qualidade do representante que o assina.

7. Os documentos podem também ser assinados por procurador, devendo, neste caso, juntar-se procuração que confira a este último poder para o efeito, devidamente legalizada.
8. Em caso de deteção de irregularidades nos documentos de habilitação apresentados ou não apresentação dos mesmos pelo adjudicatário dentro do prazo concedido, por facto que não lhe seja imputável, será concedido um prazo adicional de 2 (dois) dias úteis para apresentação dos documentos em falta, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.

23. Idioma dos documentos de habilitação

1. Todos os documentos de habilitação devem ser apresentados em Português.

24. Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto

1. Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá apresentar documento comprovativo de registo no RCBE¹, ou o respetivo código de acesso.
2. Tendo em atenção o disposto no n.º 1, b) do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.
3. Ao adjudicatário será concedido um prazo de 5 dias² para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP.

¹ O preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>.

² Pode ser definido um prazo inferior e que em regra deve ser igual ao definido para audiência prévia relativamente aos documentos de habilitação.

25. Prazos para apresentação dos documentos de habilitação³

1. Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias após a notificação da decisão de adjudicação.
2. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
3. A supressão de irregularidades, detetadas nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de 2 dias, após notificação através da plataforma acinGov.
4. Ao adjudicatário será concedido um prazo de 5 dias para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP.

26. Prazo para confirmar compromissos assumidos por entidades terceiras

1. Os compromissos assumidos por entidades terceiras devem ser confirmados no mesmo prazo previsto para apresentar os documentos de habilitação.

27. Despesas e encargos para celebração do contrato

1. As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

³ Para efeitos de cumprimento dos prazos que constam do clausulado do presente ponto, consideram-se as 23h59 como hora limite de apresentação dos documentos.

28. Possibilidade de adoção de ajuste direto

1. Não existe a possibilidade de adoção do ajuste direto nos termos do disposto na alínea a) do n.º1 do artigo 27.º do CCP, para a repetição de serviços similares aos do objeto do presente contrato.

29. Consulta Preliminar

1. Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, não foi realizada uma consulta preliminar ao mercado.

30. Legislação aplicável

1. Em tudo quanto for omissa no presente programa do procedimento observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual) e restante legislação aplicável.

ANEXO I-M⁴ – (Modelo de) Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável do Código dos Contratos Públicos e o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada)⁵, na qualidade de representante legal de⁶... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada⁷ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo⁸:

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

⁴ Aplicável aos concursos públicos sem publicidade internacional CP).

⁵ Indicar o n.º do BI ou do CC

⁶ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

⁷ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada

⁸ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II-M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁹].

⁹ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II- M – (Modelo de) Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ¹⁰... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada¹¹ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ¹²] os documentos comprovativos de que a sua representada ¹³ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em

¹⁰ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

¹¹ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”

¹² Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso

¹³ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ¹⁴].

¹⁴ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º